

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC) - Tiragem: 950 exemplares

Nº 1020

Plano de Saúde JF: é preciso solução!

O Conselho de Administração do TRF4 deliberou pela revogação da resolução 18, de 18 de março de 2011 e pela publicação de nova resolução em que o valor da mensalidade paga por beneficiário vai ser acrescida de R\$ 50,00 (cinquenta reais) até dezembro de 2011. Também deliberou pela formação de uma comissão coordenada pelo desembargador Néfi Cordeiro e composta também por um representante da DG, um do controle interno, um da AJUFE, um representante dos sindicatos e mais 1 representante da futura administração. Com prazo de 90 dias para estudo e apresentação de propostas para solução definitiva do problema.

O SINTRAJUSC, o SINTRAJUFE/RS e o SINJUSPAR/PR continuam sem ter acesso aos dados que originaram o déficit alegado de R\$ 5,7 milhões. Sem os dados também não podemos verificar o porquê da desproporcionalidade do déficit alegado, sendo que, apenas dez por cento deste valor é relativo aos estados do Paraná e Santa Catarina. A fórmula encontrada pela administração do TRF é injusta, pois, o servidor com menor vencimento pagará os mesmos R\$ 50,00 por dependente que o mais bem remunerado servidor ou magistrado pagará. De positivo, apenas o fato de que a conta deste déficit não será paga somente por quem já está adoentado e, de forma cruel, é chamado para “pagar as despesas”.

Continuamos questionando se o plano tem problemas históricos? Porque em 2009

Conforme sugestão dos servidores no Ato (12/04):

REUNIÃO SETORIAL NA JUSTIÇA FEDERAL

- no dia 25 de abril do ano de 2011, às 17h;
- Pauta: mobilização e apreciação do indicativo de greve em 03 de maio de 2011.

REUNIÃO SETORIAL NA JUSTIÇA ELEITORAL

- no dia 26 de abril do ano de 2011, às 17h;
- Pauta: mobilização e apreciação do indicativo de greve em 03 de maio de 2011.

não houve prejuízo já que ocorreu devolução de valores pagos pelos servidores? Os desembargadores também foram alertados para a questão orçamentária, pois, segundo estudo do economista Whashington Moura, do SINTRAJUSC, no último ano, o TRF4 teve um tratamento bem diferenciado **para pior** quanto aos orçamentos dos demais TRFs, com uma redução orçamentária de 23,07%, o que reforça a tese de que é preciso lutar por isonomia orçamentária e não apenas tapar buracos com contribuição dos servidores.

Outra preocupação que persiste é: como a vigência da resolução 18, foi de 23 de março até 18 de abril -e não foi revogada pelo conselho-, os beneficiários que utilizaram o plano neste período estão bastante prejudicados. O Sindicato entrará com pedido administrativo para reversão desta situação.

Finalizando, ressaltamos que este é um problema de todos nós e as medidas tomadas unilateralmente pelo Conselho Administrativo do TRF4 nada resolvem. É preciso se debruçar sobre os dados, para avaliar, desde a questão orçamentária até a glosa de valores pagos à Unimed e a estrutura de fiscalização e controle adotados nas três Seções Judiciárias do Sul.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DE ASSEMBLÉIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL, no dia 27 de abril do ano de 2011, às 13h, na Justiça do Trabalho, com a seguinte pauta:

- mobilização e apreciação do indicativo de greve em 03 de maio de 2011;
- eleição de delegados para a reunião ampliada da FENAJUFE que acontecerá no dia 30 de abril, em Brasília.

Florianópolis, 19 de abril de 2011
Coordenação Geral do SINTRAJUSC

Servidores públicos federais protestam em Brasília

Por Leonor Costa/Fenajufe

Servidores de várias categorias do funcionalismo público federal se reuniram, em Brasília, para reforçar a luta em torno da pauta de reivindicações da campanha salarial, lançada em fevereiro deste ano. O ato unificado, realizado na quarta-feira (13) precisa ser refletido e ampliado. Cerca de 15 mil servidores, vindos de vários estados do país, mostraram a força da mobilização. Eles protestaram contra congelamento salarial, previdência complementar, avaliação de desempenho e privatização dos serviços públicos, cujos projetos com esse teor tramitam no Congresso Nacional.

Debaixo de um sol forte, os servidores se concentraram, por volta das 14h, em frente ao Palácio do Palácio, com faixas, cartazes e apitos. De lá, eles saíram em caminhada por toda a Esplanada dos Ministérios em direção ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. De cima de um carro de som, dirigentes das três centrais sindicais (CUT, CTB e CSP/Conlutas) e das entidades nacionais do funcionalismo público conduziram o ato, reforçando a pauta de reivindicações, contrária a qualquer proposta que retire direito dos trabalhadores.

O representante da CUT nacional Paulo Henrique destacou a importância daquela manifestação, que mostrou mais uma vez a disposição dos servidores em se manterem unidos contra os projetos que atacam seus direitos e contra a política de corte no orçamento da presidente Dilma Rousseff. “Mais uma vez neste ano os servidores vieram mostrar ao governo sua disposição de luta. Precisamos manter essa unidade, porque a política em andamento é de brechar qualquer investimento no serviço público”, disse o dirigente da CUT, afirmando a necessidade de garantir o apoio da sociedade para essa luta.

Unidade e Mobilização!

O coordenador geral da Fenajufe reforçou as falas dos colegas que o antecederam, ressaltando a unidade e a organização dos servidores como as prioridades no momento. “Precisamos continuar com nossa unidade para barrar as políticas do governo federal que atacam diretamente os nossos interesses. É importante avançarmos cada vez na nossa organização para que nossas reivindicações sejam atendidas”, reforçou Zé Oliveira.

Vamos lá, Servidores! Vamos participar das Reuniões Setoriais marcadas para a próxima semana, em Florianópolis e da nossa Assembléia Geral do dia 27 próximo. É a hora de união, força e mobilização!

Os eixos da campanha salarial dos servidores públicos:

- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Regulamentação/institucionalização da negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito;
- Retirada dos PL's, MP's e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PLP 549/09, PL 248/98, PL 92/07, MP 520/10 e demais proposições);
- Cumprimento, por parte do governo, dos acordos firmados e não cumpridos;
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Definição de data-base em 1º de maio;
- Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.